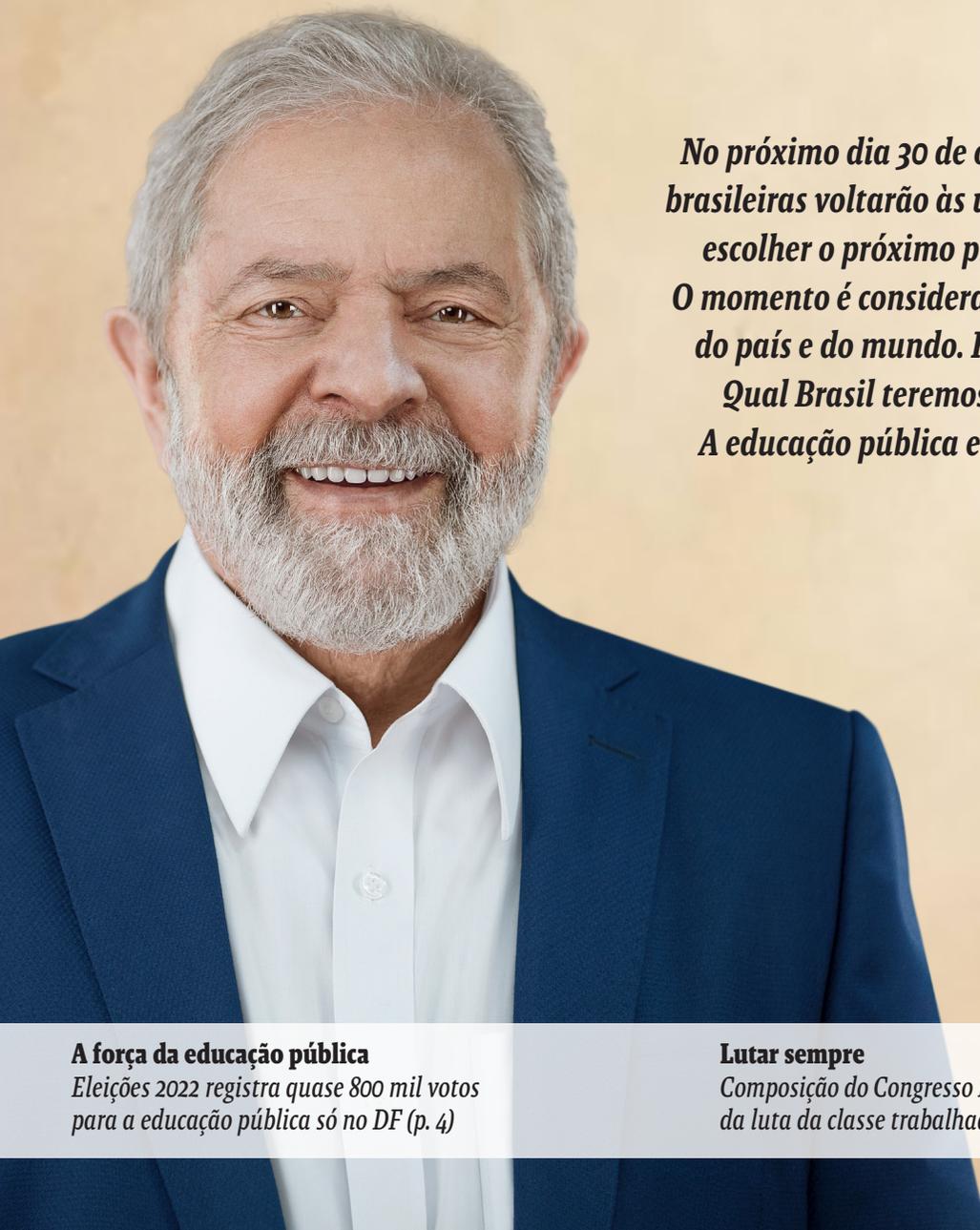


DOIS PROJETOS EM DISPUTA. VOTE PARA A EDUCAÇÃO!



No próximo dia 30 de outubro, brasileiros e brasileiras voltarão às urnas eletrônicas para escolher o próximo presidente do Brasil. O momento é considerado marco na história do país e do mundo. Haverá democracia? Qual Brasil teremos a partir de 2023? A educação pública está em xeque! (p.12)



A força da educação pública

Eleições 2022 registra quase 800 mil votos para a educação pública só no DF (p. 4)

Lutar sempre

Composição do Congresso Nacional exige fortalecimento da luta da classe trabalhadora (p. 6)

CLDF e educação pública

Bancada progressista aumenta e luta pela educação pública valorizada ganha reforço (p. 8)

Expediente
Site: www.sinprof.org.br
E-mail: imprensa@sinprof.org.br

Secretaria de Imprensa e Divulgação:
Letícia Montandon (coordenadora), Cleber Soares,
Samuel Fernandes.

Jornalistas: Alessandra Terrilli, Carla Lisboa,
Danielle Freire, Geovanna Santos, Letícia Sallorenzo,
Luís Ricardo Machado, Vanessa Galassi.

Projeto gráfico, diagramação e capa:
Eduardo G. Antero

Fotos: Arquivo do Sinpro, Deva Garcia,
Joelma Bonfim e Luzo Comunicação
Tiragem: 40.000 exemplares

Assessoria Legislativa
Rafaela Ribeiro Tavares



DIRETORIA COLEGIADA DO SINPRO-DF
GESTÃO 2022-2025

Administração e Patrimônio
Gilza Lucia (coordenadora)
Ana Bonina
Júlio Barros

Assuntos Culturais
Bernardo Távora (coordenador)
Fátima de Almeida
Leilane Costa

Assuntos de Raça e Sexualidade
Márcia Gilda (coordenadora)
Carlos Fernandez
Ana Cristina Machado

Assuntos de Saúde do Trabalhador
Élbia Pires (coordenadora)
João Braga
Rodrigo Teixeira

Assuntos dos Aposentados
Elaineide Rodrigues (coordenadora)
Consuelita Oliveira
Chicão

Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras
Mônica Caldeira (coordenadora)
Sílvia Fernandes
Regina Célia

Assuntos Jurídicos, Trabalhistas e Socioeconômicos
Dimas Rocha (coordenador)
Ricardo Gama
Lucilene Kátia

Finanças
Luciana Custódio (coordenadora)
Luciano Matos
Solange Buosi

Formação Sindical
Vanilce Diniz (coordenadora)
Hamilton Caiana
Levi Porto

Imprensa e Divulgação
Letícia Montandon (coordenadora)
Cleber Soares
Samuel Fernandes

Organização e Informática
Fernando Reis (coordenador)
Anderson Corrêa
Ritinha Oly

Política Educacional
Cláudio Antunes (coordenador)
Berenice Darc
Carlos Maciel

Políticas Sociais
Raimundo Kamir (coordenador)
Jaana Darc
Alberto Ribeiro

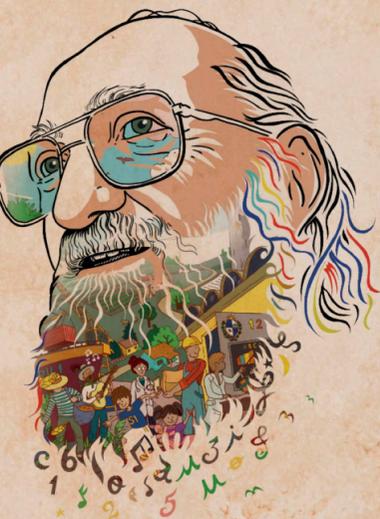
 **15 DE OUTUBRO**
Dia da Professora e do Professor

Apasionados por transformar,
Educando!
Orgulho de ser professora e professor.

Este Dia da Professora e do Professor – 15 de outubro – ficará marcado na história de vida, docência e luta dos profissionais da educação pública como o ano da reinvenção. Depois de dois anos de dificuldades e desafios para reinventar e transformar o ensino-aprendizado, professoras e professores provaram que a luta pela educação gratuita, pública, laica e de qualidade é prioridade, apesar da desvalorização imposta ao setor pelo atual governo federal e apoiadores nos estados.

Ao esperar, professoras e professores assumem o papel fundamental que move o Brasil, do Oiapoque ao Chui, de proporcionar uma educação libertadora. Sim, este é o ano da reinvenção do ensino, da resistência e da esperança!

Paulo Freire, o patrono da educação brasileira, afirmou: “a amorosidade de que falo, o sonho pelo qual brigo e para cuja realização me preparo permanentemente, exigem em mim, na minha experiência social, outra qualidade: a coragem de lutar ao lado da coragem de AMAR!”.



Em todos os momentos, você, professora e professor, cultiva o amor, a esperança e o conhecimento, porque sabe que eles são revolucionários e necessários para emancipar oprimidos. Parabéns pelo ato de coragem em escolher a profissão do amor, da luta e da esperança.

Feliz dia da Professora e do Professor!

ELEIÇÕES 2022

É possível ter um Brasil para a educação

As eleições de 2022 mostram que o avanço da extrema direita não é algo hipotético. Os resultados obtidos nas urnas até agora mostram que as forças que trabalham com o ódio e com a violência, aliados à destruição total dos direitos trabalhistas, estão nos espaços de poder. Mas os primeiros resultados das eleições de 2022 também mostraram que há forças indispensáveis para recriar o que hoje se mostra triste, cruel, perverso e indecoroso.

No DF, a despeito da desastrosa gestão da pandemia de Covid-19 e dos resultados lastimáveis de políticas como a militarização de escolas, por exemplo, o governador Ibaneis foi reeleito em primeiro turno. Entretanto, ele vai encontrar uma Câmara Legislativa com disposição de fazer os enfrentamentos necessários em defesa da educação pública e dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras.

A bancada do PT cresceu de dois para três deputados distritais – sendo um deles o professor e ex-diretor do Sinpro e dirigente licenciado da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Gabriel Magno; além da reeleição de Chico Vigilante e do retorno de Ricardo Vale. Já a bancada do PSOL aumentou de um para dois: Fábio Félix e Max Maciel. Desses cinco parlamentares, três são jovens. E ainda foi eleita a deputada Dayse Amarillo, do PSB, que soma na frente progressista.

A ascensão de novos personagens e novas lideranças políticas no campo progressista é o ponto forte desse processo. Em sua primeira eleição, Rosilene Corrêa, ex-diretora do Sinpro e dirigente licenciada da CNTE, obteve mais de 350 mil votos na disputa para o Senado Federal. Diante das campanhas de duas ex-ministras – que tiveram todo o apoio da máquina estatal. O resultado é uma vitória, inclusive porque Rosilene conseguiu pautar com ênfase o tema da educação. A eleição de Damares representa um grande retrocesso para o Senado e para o DF, mas mesmo assim é possível per-

ceber que há um caminho aberto para a contraposição ao projeto que ela representa.

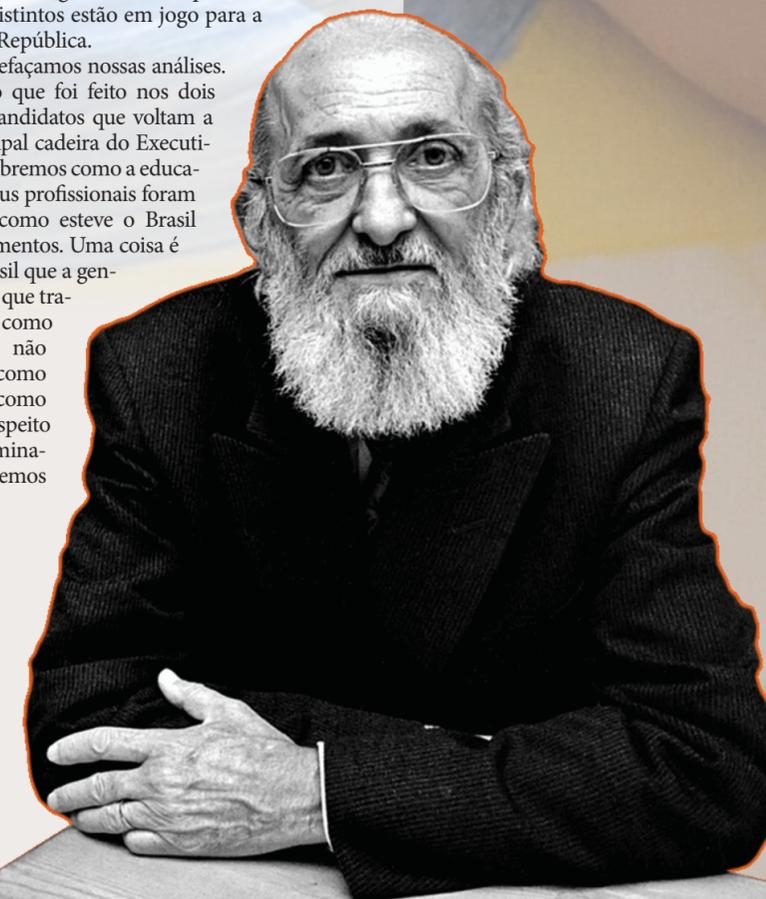
A representação do DF na Câmara Federal manteve a correlação de forças da bancada anterior. Entre os oito deputados e deputadas federais eleitos pelo DF, dois são comprometidos com a defesa da educação pública e os direitos dos trabalhadores: Érika Kokay e Reginaldo Veras.

O Brasil ainda sofre as consequências de um golpe que derrubou uma presidenta legítima e que não cometeu crime nenhum para dar espaço ao programa que havia sido derrotado nas urnas. A superação definitiva do processo ali aberto passa necessariamente pela manutenção da luta de quem pensa, age e sonha como nós. Nesse primeiro turno das eleições, demos um passo importante. Precisamos dar continuidade a essa caminhada no segundo turno, quando dois projetos bem distintos estão em jogo para a presidência da República.

Façamos e refaçamos nossas análises. Comparemos o que foi feito nos dois governos dos candidatos que voltam a pleitear a principal cadeira do Executivo Federal. Lembremos como a educação pública e seus profissionais foram tratados, e de como esteve o Brasil nesses dois momentos. Uma coisa é consenso: o Brasil que a gente quer é aquele que trata a educação como investimento e não como gasto; como direito e não como regalia; com respeito e não com criminalização. Busquemos isso nas urnas.

“A desesperança nos imobiliza e nos faz sucumbir no fatalismo onde não é possível juntar as forças indispensáveis ao embate recriador do mundo. Não sou esperançoso por pura teimosia, mas por imperativo social e histórico. (...) Não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído política, estética e eticamente por nós mulheres e homens.”

Pedagogia da Esperança – Paulo Freire





A força e o poder do voto da educação no DF

No dia 2 de outubro o povo exerceu a soberania cidadã. Embora os números registrados nas urnas eletrônicas mostrem um recrudescimento da extrema direita, o número de votos em candidatos comprometidos com setores essenciais à democracia, sobretudo a educação pública, deve ter destaque.

Fazendo o filtro dos votos direcionados a governador e senador no DF, foram registrados 790.785 votos para a educação pública, divididos entre os ex-candidatos ao GDF Leandro Grass e sua vice, Olgamir Amancia, e a ex-candidata ao Senado Rosilene Corrêa.

O professor de sociologia e deputado distrital Leandro Grass, que concorreu ao GDF junto com a professora aposentada da SEE-DF e atual decana de extensão da Universidade de Brasília (UnB), Olgamir Amancia, foram a única candidatura ao GDF a se comprometer com o Plano Distrital de Educação. Conseguiram quase meio milhão de votos. Ibaneis Rocha foi eleito em primeiro turno por pouco. Foram apenas 5.111 votos (0,3% do total de votos válidos) que garantiram ao atual governador sua eleição.

A professora Rosilene Correa, candidata a senadora, também obteve votação ex-

pressiva. Ex-dirigente do Sinpro-DF e dirigente licenciada da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), foi a primeira vez que Rosilene concorreu a um cargo de parlamentar, e teve no páreo duas ex-ministras do governo Bolsonaro que tinham a seu favor toda a máquina e o sistema governamental. Mesmo assim, Rosilene conquistou 356.198 votos.

“Não é pouca coisa. É resultado de mobilização e conscientização da categoria. Demonstramos nossa preocupação com o destino da educação no Distrito Federal. Queremos o cumprimento das metas do Plano Distrital de Educação, conjunto de diretrizes que, à exceção de Grass e Olgamir, não foi citado por nenhum candidato ao governo do DF na campanha para o governo do Distrito Federal, e à exceção de Rosilene, não foi citado por nenhuma candidata ao Senado pelo DF”, avalia a dirigente do Sinpro-DF Berenice D’arc.

Categoria unida em torno das reivindicações

A começar pela militarização das escolas. A principal pauta do emedebista para a educação foi provada e comprovada um fracasso absoluto. O Ministério Público do Distrito Federal se manifestou contra a “gestão



compartilhada” em extenso parecer, e indica que essa prática opressora e ineficiente deve ser extirpada das escolas do Distrito Federal.

A gestão democrática, que prevê a eleição de gestores por toda a comunidade escolar, com vistas ao diálogo, à negociação e à transparência de atos, deve ser retomada e respeitada acima de tudo. Está prevista no Plano Distrital de Educação, que tampouco deve ser desprezado pelo governador reeleito.

A perversa reforma da Previdência de Bolsonaro ficou especialmente cruel no DF. Não rebatida pelo governo Ibaneis, a nova lei aumentou a alíquota previdenciária de 11% para 14%. Com as mudanças adotadas em nível distrital, professores(as) e orientadores(as) educacionais aposentados(as) chegaram a ter descontos nos salários que passaram de R\$ 1 mil.

Na longa lista de retrocessos impostos ao magistério público do DF está o congelamento salarial. São sete anos sem reajuste e o acúmulo de mais de 45% de perdas inflacionárias, considerado o IPCA. O último reajuste con-

cedido aos professores do DF foi em 2013, dividido em seis vezes. A sexta e última parcela foi paga neste ano após luta intensa da categoria do magistério público e decisão judicial. Entretanto, mesmo com o indicativo da justiça favorável à categoria, os retroativos seguem sem serem pagos.

“Respeitamos a democracia e, logo, respeitamos os resultados obtidos nas urnas. Isso não quer dizer que Ibaneis e Damares terão um cheque em branco para fazerem o que quiserem com a educação pública. Que eles tenham em mente que quase 8 milhões de moradores e moradoras do DF se preocupam com os destinos da educação pública. E que eles também lembrem que do lado de cá tem gente que, por tradição de atuação política, sabe que a negociação entre situação e oposição inclui hábitos saudáveis como a luta e a reivindicação. Receber a categoria para negociar e acolher a nossa pauta é o mínimo que se espera de quem diz prezar pelas boas práticas democráticas”, alerta o diretor do Sinpro-DF Cleber Soares.

Configuração do Congresso Nacional exige fortalecimento da luta

A extrema direita cresceu na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O resultado obtido com as eleições 2022 assusta, mas não pode ser tomado como barreira intransponível para o avanço da luta do magistério público e da classe trabalhadora de forma ampla.

Na Câmara dos Deputados, o PL, partido da extrema direita que tem como principal representante Jair Bolsonaro, saltou de 76 para 99 cadeiras. Apesar disso, seus aliados de primeira hora encolheram: PP saiu de 58 para 47 deputados (-11) e o Republicanos caiu de 44 para 41 parlamentares (-3). O União Brasil, fusão do PSL com o DEM, cresceu de 51 para 59 (+8).

Paralelo a isso, partidos que historicamente têm comprometimento com os direitos do povo brasileiro também apontam crescimento. Embora o PSB tenha reduzido sua bancada de 24 para 14 (-10) deputados, e o PDT de 19 para 17(-2), a federação que reuniu PT, PV e PCdoB ampliou sua presença de 68 para 80 deputados (+12). Além disso, PSOL-Rede obtiveram um crescimento de 10 para 14 (+4) representantes na Câmara. Analisado apenas o desempenho do PT, o crescimento de 56 para 68 (+12) deputados garante a segunda maior bancada da Casa.

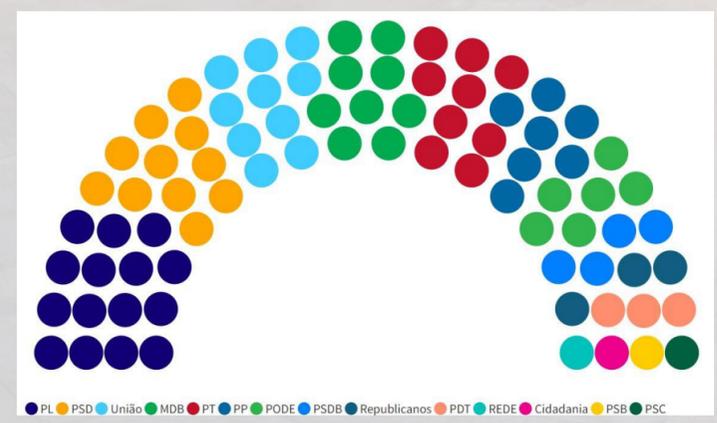


O Senado

A eleição para o Senado renovou mandatos de 1/3 da casa (ou seja, 27 de 81), o que relativiza o impacto da maioria conquistada pelo PL, que elegeu 8 senadores. Somando com os demais partidos bolsonaristas, como União Brasil, Republicanos e PP, o campo de apoio ao atual governo fez 18 das 27 cadeiras em disputa. No campo progressista, o PT elegeu 4 senadores(as) e o PSB, 1.

Como resultado do pleito do dia 2 de outubro, as maiores bancadas do Senado passam a ser: PL (15), PSD (11) e União Brasil (10); seguidos por PT e MDB, com 9 cadeiras cada. Embora os números mostrem que o governo de Bolsonaro foi vitorioso na disputa – elegeu 5 ex-ministros, 1 ex-secretário e o atual vice-presidente –, o resultado obtido pelo campo que defende os direitos da classe trabalhadora viu seu tamanho ser aumentado após a eleição, passando de 12 para 14 senadores e senadoras.

“Essa configuração do Senado aponta que os retrocessos continuarão em pauta, e que a luta social será condição fundamental para que eles não se confirmem. Se eleito um presidente comprometido com a ampliação e valorização da educação pública, a luta social será decisiva na busca de avanços. Se a decisão das urnas dia 30 for pela extrema direita, então o trabalho dos defensores e defensoras da educação será dirigido a combater os ataques que seguirão acontecendo com muita força”, avalia a coordenadora de Finanças do Sinpro-DF, Luciana Custódio.



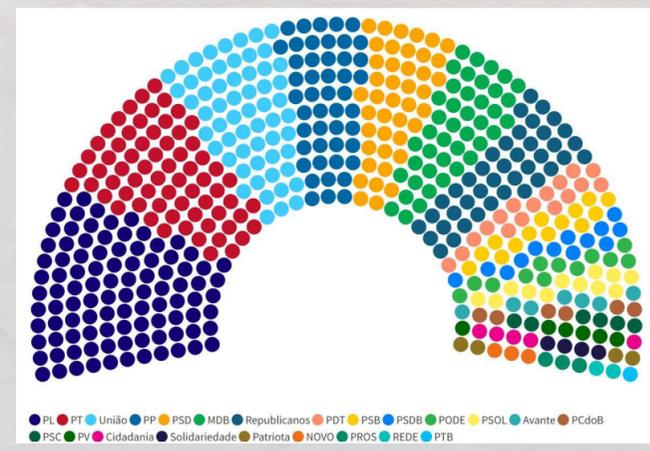
No Distrito Federal

A bancada do DF na Câmara dos Deputados manteve a configuração da última legislatura, no que diz respeito à composição de deputados(as) comprometidos e avessos à pauta da classe trabalhadora.

A deputada Erika Kokay (PT) foi reeleita com número expressivo de votos (146.092), e terá ao lado o deputado professor Reginaldo Veras (PV) para defender os interesses do magistério público e de trabalhadores e trabalhadoras de todo o Brasil. “Brasília elegeu para a Câmara Federal dois grandes defensores da educação, a deputada Erika Kokay e o professor Reginaldo Veras”, afirma o diretor do Sinpro Samuel Fernandes. Professor Israel (PSB) não garantiu reeleição.

Entre os nomes da extrema direita e direita, reelegeram-se Bia Kicis (PL) e Júlio César (Republicanos). Alberto Fraga (PL) volta à Câmara dos Deputados; e três novos nomes chegam à casa: Rafael Prudente (MDB, ex-deputado distrital); Fred Linhares (Republicanos, apresentador de TV); e Gilvan Máximo (Republicanos, ex-secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação de Ibaneis).

No Senado, é Damares Alves (Republicanos), bolsonarista e fundamentalista religiosa, que vai ocupar a nova vaga do DF. Ela substituiu José Reguffe, filiado agora ao União Brasil, e segue ao lado de Izalci (PSB) e Leila Barros (PDT).



Lutas e perspectivas

Para a coordenadora de Finanças do Sinpro-DF, Luciana Custódio, a nova configuração do Congresso Nacional mostra que as pautas que garantem a valorização dos direitos humanos, o funcionamento dos serviços públicos, os direitos trabalhistas e, conseqüentemente, a democracia estão em xeque, sobretudo quando se trata de educação pública.

“Educação como serviço essencial para limitar o direito de greve; *homeschooling*; cortes de verbas da educação e tudo mais que prejudica nossa categoria virá com força. Há total disposição dos setores reacionários para isso. Basta ver o anúncio do presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira (PP-AL), deputado reeleito, de que a Câmara voltará a discutir a reforma administrativa, que destrói os serviços públicos”, alerta.

Para ela, a eleição de um presidente comprometido com a educação pública, com histórico que comprove isso, é determinante para que se possa criar obstáculos ao avanço dos projetos de destruição do país. Entretanto, segundo Luciana Custódio, é necessário, sobretudo, que se fortaleça a luta coletiva. “Nunca foi fácil para quem se opõe às injustiças, para quem quer a educação pública valorizada ao invés de torná-la mercadoria. Mais uma vez, somos chamados à luta, e é assim que devemos nos portar. Não temos tempo para desesperança, não podemos dar espaço para quem quer nos derrotar. É lutar, e lutar, e lutar”, diz com veemência.

Distritais pró-educação eleitos somam mais de 177 mil votos

O apoio do GDF a Jair Bolsonaro nunca foi segredo. Consequentemente, a política implementada no Distrito Federal nos últimos quatro anos também se assemelha à adotada em nível nacional; principalmente quando se fala em educação pública. A resposta veio nas urnas: deputados e deputadas distritais eleitos(as) que têm compromisso com a valorização da educação pública somaram 177.556 votos.

A frente progressista, que antes contava com cinco parlamentares, agora tem seis. Pelo PT, o professor e ex-diretor do Sinpro e dirigente licenciado da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) Gabriel Magno, que conquistou seu primeiro mandato, a volta de Ricardo Vale e a reeleição do deputado Chico Vigilante. Pelo PSOL, Fábio Félix foi reeleito e Max Maciel ocupa pela primeira vez uma cadeira na Casa. Ainda foi eleita a deputada Dayse Amarílio, do PSB.

Desse conjunto, seis parlamentares são jovens. Além disso, Fábio Félix, o primeiro deputa-

do distrital a declarar-se gay, foi o parlamentar mais votado da história do DF, com 51.792 votos. Também pela primeira vez, a CLDF tem no conjunto de parlamentares um “aba reta”, como se autointitula Max Maciel, que atua há 20 anos com as juventudes, sobretudo a da Ceilândia.

O cenário, entretanto, continua exigindo atuação intensa dos(as) trabalhadores(as) do magistério público e demais categorias do serviço público e da iniciativa privada. Apesar da mudança em 50% dos nomes que vão compor a Câmara Legislativa em 2023, a bancada governista ainda é robusta: Daniel Donizet (PL), Martins Machado (Republicanos), Robério Negreiros (PSD), Jorge Vianna (PSD), Jacqueline Silva (Agir), Thiago Manzoni (PL), Eduardo Pedrosa (União Brasil), Joaquim Roriz Neto (PL), Iolando (MDB), Pastor Daniel de Castro (PP), Hermeto (MDB), Roosevelt Vilela (PL), Doutora Jane (Agir), Rogério Morro da Cruz (PMN), João Cardoso (Avante), Paula Belmonte (Cidadania), Wellington Luiz (MDB) e Pepa (PP) provavel-

mente farão parte do pelotão de choque de Ibaneis Rocha.

Diante dessa configuração, continuam em tramitação propostas como a reforma da Previdência no DF (PLC 46/2020); o ensino domiciliar (PL 1.268/2020); o Bolsa do Estudante (PL 852/2016) e o Voucher da Educação (PL 1.380/2020) – que visam à transferência de recursos da educação pública para a educação privada, a educação como atividade essencial (PL 1.617/2020) para burlar o direito de greve.

“Se por um lado o conservadorismo mantém raízes na CLDF, por outro o magistério público tem as esperanças renovadas com o aumento da bancada pró-educação. Assim como no Congresso Nacional, nossa atuação junto ao Legislativo local deve ser intensificada para que não só impeçamos o avanço de pautas contrárias à valorização da educação pública, como também avancemos em lutas imprescindíveis, como a nossa recomposição salarial e o atendimento das pautas pedagógicas”, afirma o coordenador da Secretaria de Políticas Sociais do Sinpro-DF, Raimundo Kamir.



Gabriel Magno (PT) – Professor de física do ensino médio da SEE-DF. Chega à CLDF em sua primeira eleição com propostas para a educação, saúde e direitos humanos, entre outras áreas. Além disso, afirma que vai lutar por “uma cidade para todos”.



Fábio Félix (PSOL) – Reeleito para o segundo mandato com a maior votação da história, é assistente social, ativista LGBTQIA+ e professor. Durante o mandato, foi presidente das comissões de Direitos Humanos, da Vacina e relator da CPI do Feminicídio.



Chico Vigilante (PT) – Fundador, em 1979, da Associação dos Vigilantes do DF, que tornou-se sindicato por ele presidido entre 1984 e 1990. Ocupa atualmente uma das cadeiras da Câmara Legislativa, cargo para o qual foi eleito diversas vezes.



Max Maciel (PSOL) – Pedagogo e ativista social. Elegeu-se com o lema “A periferia é o centro”. O ceilandense atua há mais de 20 anos na defesa dos direitos da juventude.



Ricardo Vale (PT) – Também eleito deputado distrital em 2014, é desenhista técnico, graduado em administração e marketing. Morador de Sobradinho, milita pelas causas sociais, com atuação em diversos movimentos e em defesa dos direitos humanos.



Dayse Amarílio (PSB) – A enfermeira obstetra brasileira é também presidenta licenciada do SindEnfermeiroDF. Dayse Amarílio é professora e defensora do SUS.

Presidente da República é fundamental para acelerar ou frear projetos que prejudicam o povo

No dia 30 de outubro, brasileiros(as) irão novamente às urnas. Dessa vez para o segundo turno das eleições para presidente da República – e alguns governadores. Os projetos em jogo para a presidência do Brasil são distintos, afirmação que se pode fazer não só pelo plano de governo apresentado pelos candidatos Lula e Bolsonaro, mas pelo que já foi implementado por eles quando ocuparam a principal cadeira do Executivo Federal.

No alarde de um Congresso Nacional que traz o aumento da bancada conservadora, sobretudo o PL, legenda de Bolsonaro, observa-se a tentativa de minimizar o papel do presidente da República. A intenção é colocar em xeque sua governabilidade quando seus interesses são diferentes de parcela representativa da Câmara e do Senado.

É essencial lembrar, entretanto, que o chefe do Executivo federal direciona a pauta do Congresso Nacional também por meio da iniciativa de proposições, medidas provisórias e vetos. Indiscutivelmente, é imprescindível que ele tenha ainda, entre seus pontos fortes, grande capacidade de diálogo e consideração das questões que afetam a população, desde problemas sociais, como a garantia dos investimentos em educação e a viabilização de moradias dignas, como a pauta voltada aos direitos humanos.

Para mostrar que a maioria dos parlamentares do Congresso Nacional não é a única via para realizar um governo eficaz e eficiente quando o foco é o interesse público, a Ação Assessoria Parlamentar, especialista em monitoramento e análise do Legislativo federal e distrital, traz a participação popular como um dos instrumentos de governabilidade.

Nos boxes ao lado, acompanhe a análise da Ação Assessoria Parlamentar.

Freio aos retrocessos

Num governo antidemocrático com maioria no Congresso, as propostas são aprovadas a toque de caixa, sem discussão, sem consideração das opiniões da população, sem oportunidade nem sequer de participação. Os danos se fazem sentir por todos os lados: aumento do desemprego, desindustrialização, precarização do trabalho, aumento da inflação e do custo de vida, arrocho salarial, precarização da saúde e da educação, irreparáveis danos ao meio ambiente e alargamento do contingente da população miserável. Portanto, um presidente que preza pela democracia nesse contexto precisa ter a capacidade de escuta sensível e consideração de múltiplos interesses. Assim, teria a capacidade para realizar reformas e avançar em mudanças legislativas importantes. O perfil de um presidente democrático, que tenha visão do todo, favorece esse contexto de participação e construção de consensos que efetivamente tragam avanços para o país. Esse é o cerne da verdadeira democracia, a consideração e escuta de todos os interesses antes da tomada de decisão.

Governabilidade

Um presidente com perfil democrático, inclinado ao diálogo, possui instrumentos institucionais formais e informais importantes para garantir a governabilidade. Um dos principais instrumentos é a capacidade de mobilização do apoio popular em torno das propostas e reformas legislativas. É preciso trazer o povo para perto da política, participando efetivamente dos processos decisórios. No Congresso, a iniciativa de projetos, a tramitação nas comissões, a realização de audiências públicas, a deliberação dos vetos e a discussão das medidas provisórias concedem inúmeras oportunidades para a construção do diálogo e da governabilidade. A capacidade de condensar múltiplos interesses em torno do bem comum se torna a principal ferramenta de trabalho.

O povo na política

Algumas práticas políticas atuais como o “orçamento secreto”, praticado pelo atual Congresso, só pode ser combatida pela participação e fiscalização popular. Esses recursos deixaram de ser investidos de forma planejada no interesse coletivo pelo atendimento personalista e eleitoreiro. O Orçamento Participativo, implementado em algumas oportunidades por governos progressistas no país, seria uma alternativa viável, principalmente diante dos abusos que o parlamento brasileiro vem praticando nos últimos anos, revelando a ausência de qualquer planejamento e racionalidade no gasto público. Esse processo passa pela ampliação de instrumentos da democracia participativa. Essa deve ser a bandeira mais importante.

Outro instrumento importante são as experiências alcançadas pelas grandes conferências nacionais temáticas com base nos Conselhos já existentes, que estendem sua capilaridade nos estados e municípios, fazendo com que eles expressem a participação desde a base municipal até as conferências setoriais nacionais. Os mecanismos da participação direta, bem como a permanência organizada das comunidades no acompanhamento das obras e serviços aprovados e na prestação de contas pelos governos do que foi decidido são, também, formas de fiscalização e controle, colocando a participação da cidadania em outro patamar de consciência política.



EDUCAÇÃO PÚBLICA

Com Lula

- ✔ Em 2008, Lula sancionou a lei do piso nacional de professores da educação básica. A correção do piso é estabelecida em lei.
- ✔ Com a política implementada durante o governo Lula, pela primeira vez não se tratou a educação como gasto, mas como investimento. Em 2002, o orçamento para o MEC foi de R\$ 49,3 bilhões. Em 2015 (já no governo Dilma), o orçamento foi de R\$ 151,7 bilhões.
- ✔ A política de valorização da educação, ocorrida com o aumento do orçamento para a pasta, respaldou professores(as) e orientadores(as) educacionais no avanço em melhores planos de carreira nos estados. Foi o caso da carreira do magistério público do DF.
- ✔ Lula sancionou lei que amplia definições das funções de magistério, fazendo com que o tempo dedicado à coordenação, direção, vice-direção e assessoramento pedagógico pudesse ser contado para aposentadoria especial.
- ✔ Durante os governos Lula, foram implementados programas de incentivo de formação superior para professores(as), como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB).
- ✔ Na gestão do petista, foi assegurada merenda também aos estudantes do ensino médio por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar.
- ✔ Com o Pronatec, realizado no governo Lula, o Brasil garantiu, em quatro anos, 9,49 milhões de matrículas em cursos profissionalizantes. Gratuitos, os cursos eram feitos no Sistema S, nas escolas técnicas federais e estaduais.
- ✔ No governo do PT, foram criadas 18 novas universidades e 178 novos câmpus. Além disso, com o auxílio de propostas como a Lei de Cotas, ProUni e Fies, mais pessoas negras e pessoas de baixa renda puderam acessar o ensino superior. Em 2003, início da gestão do petista, o Brasil possuía 3,94 milhões de estudantes no ensino superior. Em 2009, segundo o Censo da Educação Superior, foram registrados 9 milhões.
- ✔ O Fundeb foi criado em 2006, no governo Lula. Com o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, os repasses da União para estados e municípios cresceram para R\$ 3,9 bilhões, e chegaram a R\$ 15,98 bilhões em 2015.
- ✔ De 2003, início do governo Lula, a 2009, o percentual de jovens com 16 anos e diplomados no Ensino Fundamental subiu de 56% para 67%.
- ✔ O governo Lula propôs a destinação do royalties da exploração do petróleo à educação (75%) e à saúde (25%).
- ✔ Durante o governo Lula, foram implantados 360 campus de Institutos Federais por todo o país.

Vice

Geraldo Alckmin é médico, foi quatro vezes governador do estado de São Paulo. Integrou a Assembleia Nacional Constituinte, onde defendeu a estabilidade no emprego, a jornada semanal de 40 horas e limitação dos juros reais em 12% ao ano. Como deputado federal, relatou projeto de regulamentação do SUS.)



Com Bolsonaro

- ✔ Bolsonaro deu reajuste zero para professores da educação básica em 2021 e tentou zerar também em 2022. Somente após pressão da categoria foi conquistado reajuste neste ano. Ele quis protagonizar a atualização de 33% do piso salarial dos professores. **Entretanto, o cálculo de reajuste não de pende de vontade do presidente de plantão, mas de lei publicada em 2008 - pelo governo Lula, diga-se.**
- ✔ Após dois anos de pandemia, Bolsonaro impôs corte bilionário ao orçamento de 2022 do MEC. De acordo com pesquisa do Inesc, o gasto público com a educação, em 2021, foi o menor desde 2012. Os investimentos no setor estão em queda desde o impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff.
- ✔ Em junho deste ano, o governo federal cortou R\$ 200 milhões do orçamento das universidades federais. O montante foi direcionado ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), ligado ao agronegócio.
- ✔ **Bolsonaro vetou a garantia do acesso à internet, com fins educacionais**, a alunos e professores da educação básica pública. A proposta estava no PL 3.477/2020, e o veto foi derrubado pelo Congresso Nacional, após intensa mobilização dos(as) servidores(as) da educação.
- ✔ Bolsonaro atacou a liberdade de cátedra.
- ✔ Jair Bolsonaro vetou emenda parlamentar à Lei de Diretrizes Orçamentárias que previa o reajuste com correção pela inflação de 34% ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. A verba está sem reajuste desde 2017, e diante da inflação dos alimentos, o Brasil registra casos de estudantes que tiveram a mão carimbada para não repetir o prato, e de um ovo dividido para quatro crianças na merenda escolar.
- ✔ O governo Bolsonaro registrou a maior evasão escolar dos últimos anos, atingindo principalmente meninos e meninas de 5 a 9 anos.
- ✔ Bolsonaro mantém como uma das pautas prioritárias para a educação a militarização das escolas, numa prática de transformar escolas em quartéis como a maior medida de violência contra estudantes, sobretudo de áreas vulneráveis, com chancela do Estado.
- ✔ Durante o momento mais agudo da pandemia, o governo Bolsonaro chegou a incentivar a volta às aulas, mesmo com as crianças e adolescentes sem vacina, colocando em risco suas vidas. Liberadas as vacinas contra a Covid-19 para crianças, o próprio presidente da República foi figura-chave no desincentivo à vacinação.
- ✔ No governo de Jair Bolsonaro, o comando do Ministério da Educação passou por cinco nomes: Ricardo Vélez Rodríguez, Abraham Weintraub, Carlos Alberto Decotelli e Milton Ribeiro. Um pior que o outro. Quem não caiu por incompetência, caiu por corrupção - inclusive com barras de ouro.

Vice

Walter Braga Netto é militar da reserva. Foi interventor federal na Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro em 2018/2019. Se pronunciou contrário às urnas eletrônicas em 2021, quando ministro da Defesa de Bolsonaro. É alvo de apuração do TCU devido atuação questionável durante a pandemia da Covid-19. É um dos envolvidos no esquema de corrupção no MEC na gestão Milton Ribeiro, no caso de pagamento de propinas pagas até em barra de ouro.



O voto do medo

Como as fake news trabalham medos e vulnerabilidades para fazer toda uma população agir contra seus próprios interesses

Tomemos como exemplo um candidato hipotético. Vamos chamá-lo de João. João não tem proposta que preste. Se você votar nele, ele vai lutar contra todos os seus interesses. Então, você não deve votar nele em hipótese alguma.

Quem defende o seu lado é outro candidato, também hipotético, José. Digamos que ele sempre vota em pautas a favor dos trabalhadores, da educação pública; do povo.

Se você montar uma planilha, bem racional, e puser lado a lado tudo o que João e José fizeram em sua defesa e da sua categoria, José vai encher a lista de pontos positivos dessa planilha. A lista dos feitos do João ou vai ficar em branco ou vai ficar bem negativa.

Essa planilha representa o seu voto de forma racional. Teoricamente, é assim que você deve votar em prol de seus interesses. Por essa hipotética planilha, João jamais deveria receber o seu voto. Apenas José.

Mas João precisa do seu voto, senão não se eleger. Como ele deve proceder? É aí que entra a estratégia do voto do medo, viabilizado, sobretudo, pelas chamadas fake news. O fenômeno é antigo, mas voltou à pauta do debate público com o advento da internet e sua utilização feroz nos últimos processos eleitorais no Brasil e no mundo.

A Welfare Queen de Chicago

O voto do medo foi muito bem usado nas eleições presidenciais de 1976, nos Estados Unidos. Quem conta essa história é o linguista George Lakoff, no livro “A Mente Política: um guia da

ciência cognitiva para o seu cérebro e suas tendências políticas” (The Political Mind: a cognitive scientist’s guide to your brain and its politics), publicado em 2008.

Em 1976, os EUA discutiam se o governo deveria ou não oferecer auxílio médico e previdência pública aos trabalhadores e à classe média dos grandes centros urbanos do país. O candidato Jimmy Carter, do partido Democrata (que, tradicionalmente, defende os interesses dos trabalhadores nos EUA), era a favor de implementar esses benefícios.

O candidato do partido Republicano à época era Ronald Reagan. Em seus comícios, ele começou a falar de uma mulher a quem batizou de “Chicago Welfare Queen” (algo como A Rainha do Bem-Estar de Chicago), que “conseguiu uma mamata de 150 mil reais do governo, e dirigia um Cadillac comprado com dinheiro de benefícios”.

Antes que você comece a achar que já ouviu essa história em algum lugar, veja o que mais Reagan dizia da chamada Welfare Queen: “Ela tem oitenta nomes, trinta endereços, treze cartões de Previdência Social e consegue tirar benefícios de veteranos de guerra (os EUA estavam em guerra no Vietnã nessa época) em nome de quatro maridos falecidos que não existem. Ela tem auxílio médico governamental, consegue selos de descontos para comprar comida e tem um monte de benefícios sociais sob cada um de seus nomes falsos. Ela recebe mais de 150 mil dólares em benefícios livres de imposto de renda”.

Reagan contava essa história aterradora para um público



Linda Taylor, a suposta “Welfare Queen” de Chicago

bem específico: trabalhadores do sul dos Estados Unidos. O candidato sabia com quem estava falando, e como explorar as vulnerabilidades dessa categoria: na década de 1970, os trabalhadores do sul dos EUA eram homens brancos, machistas e racistas. Chicago sempre foi uma cidade com população de maioria predominantemente negra e, à época, com maioria da população trabalhando na indústria automobilística.

À luz da razão, toda a classe trabalhadora norte-americana seria contemplada pelos benefícios sociais, fossem eles os brancos do Sul ou os negros de Chicago. Mas, ao contar a história da “Welfare Queen”, Reagan fazia os trabalhadores racistas e machistas do Sul imaginarem uma mulher negra, preguiçosa, arrogante, vagabunda (em todas as acepções da palavra) e picareta, que vivia no bem bom graças à mamata do governo, dirigindo um Cadillac e que tinha filhos só para conseguir ainda mais benefícios do governo. E, assim, deixavam de racionalizar a situação para odiar uma mulher que não conheciam e cuja existência era bem duvidosa.

De tanto Reagan contar a história, o New York Times foi atrás dessa “Rainha”. Em 15 de fevereiro de 1976, publicou à página 51 a reportagem “Rainha do bem-estar se torna problema para campanha de Reagan”.

Na reportagem, o jornal chegou a uma mulher (negra): Linda Taylor, de 47 anos, cuja foto ilustra este texto. Taylor chegou a ser investigada pelo Ministério Público de Chicago, que não encontrou nada de mais em seus benefícios sociais. Sua renda era

de apenas 3 mil dólares. A ação contra Taylor foi arquivada por falta de provas – mas até que isso acontecesse, sua vida foi transformada num inferno.

A mídia americana continuou a procurar pela “Welfare Queen”, mas nada encontrou. Reagan obteve votação expressiva entre os trabalhadores do Sul que, ao fim e ao cabo, votaram contra seus próprios interesses, movidos pelo ódio do racismo e do machismo.

Essa história tem quase 50 anos, mas seus elementos continuam atualíssimos. Nesta terceira década do século XXI, as redes sociais ampliam e amplificam o efeito e a disseminação de desinformação, que ganharam o pomposo nome de “fake news”.

Agora pense quantas histórias você já ouviu de candidatos que “fizeram pacto com o diabo”, ou que vão fechar igrejas, ou “defendem a pedofilia”? Pedofilia é crime, é sempre bom lembrar. Logo, defender pedofilia é fazer apologia ao crime, e isso não é permitido numa campanha eleitoral. Pense no quanto essas histórias te fazem repelir ou mesmo odiar um candidato? Pense contra qual candidato seu ódio é estimulado? Quem quer que você pense assim? Por quê?

O vencedor das eleições presidenciais de 1976 nos EUA foi Jimmy Carter, o candidato democrata. Reagan venceu as eleições de 1980, e destruiu toda a estrutura de bem-estar social de que os trabalhadores dispunham até então. Promoveu a primeira onda neoliberal na economia, e até hoje os trabalhadores americanos seguem desassistidos de seus interesses.

Religião é tema central nas fake news das eleições de 2022

Diariamente, são elaboradas fake news dos mais diversos temas. Entretanto, crenças religiosas vêm sendo utilizadas como um dos principais recursos nestas eleições para fazer com que as pessoas acreditem no que não existe. Isso porque ao atacar a crença de uma pessoa, automaticamente mexe-se com os sentimentos dela, gerando medo, revolta. E o que se espera disso é o repúdio total à vítima das fake news.

Embora a utilização de fake news não seja exclusivo de apenas um setor ou segmento, levantamentos feitos pelas agências de checagem e pelo próprio TSE (Tribunal Superior Eleitoral) mostram que a avalanche de desinformação vem da extrema direita. Com foco nas fake news que se apropriam das crenças religiosas, esse setor dispara fake news com conteúdos que associam candidatos com o capeta, fazem falsos anúncios de fechamento de igrejas, inventam plano de governo com legalização de drogas e perseguição a religiosos.

Reforma administrativa (PEC 32) volta a assombrar o Brasil

No último dia 3 de outubro, um dia depois do primeiro turno das eleições 2022, o presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira (PP-AL), reeleito ao cargo de deputado, disse que colocará de volta no debate parlamentar a reforma Administrativa (PEC 32).

Apresentada em 2020, a Proposta de Emenda à Constituição é um dos principais projetos de Jair Bolsonaro/Paulo Guedes. Anunciada como uma forma de “modernizar o serviço público” e “enxugar o Estado”, a PEC 32 gera o revés disso. **Destrói princípios fundamentais do serviço público, e isso leva à precarização do trabalho e do serviço prestado à população, abertura para perseguições políticas, clientelismo na administração pública, fim dos concursos públicos e outras perdas irreparáveis ao povo e ao Estado Democrático de Direito.** E embora o governo federal diga que a proposta atingirá apenas novos servidores, a PEC 32 atinge quem está ativo no serviço público e também aposentados(as).

Lutar sempre

Em 2021, mesmo com as limitações de acesso à Câmara dos Deputados devido à pandemia da Covid-19, servidores públicos de todas as esferas e seus sindicatos, CUT (Central Única dos Trabalhadores) e outras centrais sindicais realizaram marchas, atos, pressões no aeroporto de Brasília e manifestações em frente ao anexo II da Casa para barrar a reforma administrativa. O conjunto de ações teve resultado positivo, e impediu que o governo conseguisse 308 votos para aprovar a PEC 32 naquele ano. Entretanto, as lideranças de entidades sindicais que representam o funcionalismo público foram enfáticas ao falarem da necessidade de se manter a luta contra a proposta.

“É nossa tarefa derrotar essa proposta perversa não só para os servidores públicos, mas para todo povo brasileiro. Freamos o avanço da PEC 32 no final de 2021 e faremos agora de novo”, afirma a coordenadora de Finanças do Sinpro-DF, Luciana Custódio.

Ela ainda avalia que o anúncio de Artur Lira mostra que a extrema direita apoiadora de Bolsonaro está disposta a “passar a boiada” nos direitos dos trabalhadores, e que o segundo turno

Como está a PEC 32

Em setembro de 2021, a Comissão Especial da Reforma Administrativa aprovou o substitutivo do relator, o deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA) à PEC 32. Para garantir a aprovação, Maia apresentou sete textos substitutivos e trocou oito parlamentares titulares. Com isso, a reforma administrativa seguiu agradando os interesses do governo.

Entre os pontos negativos mantidos no substitutivo da PEC 32 está a manu-

Ao mesmo tempo em que o substitutivo manteve a estabilidade para todos os servidores concursados (e não só os de cargos típicos de Estado), o texto do deputado Arthur Maia impôs as contratações temporárias por até dez anos, reduzida anteriormente para seis anos. No substitutivo, Maia alarga esse tipo de contratação, viabilizando-a em todas as áreas públicas que não forem as de função típicas de Estado. Segundo o advogado Marcos Rogério, isso impacta na estabilidade dos servidores.

“Ao permitir que os contratos temporários sejam utilizados ao bel-prazer, ele (Arthur Maia) alarga demasiadamente este conceito e, de forma sub-reptícia, quebra estabilidade (dos servidores)”, explica. A estabilidade não está garantida para empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista, como Caixa Econômica Federal e Petrobras.

Além disso, o texto do relator ainda traz a possibilidade de corte de jornada e salário em até 25%. Benefícios como licença-prêmio, mais de 30 dias/ano de férias e aumentos por tempo de serviço também serão cortados, além de facilitada a abertura de processos administrativos para perda de cargo de servidores com avaliação de desempenho insatisfatório.

Série

Diante da perversidade da reforma administrativa e do anúncio do deputado Arthur Lira, o Sinpro-DF lançou a série “Por que a reforma administrativa faz mal?” As matérias abordam o ponto a ponto da PEC de Bolsonaro que prejudica os brasileiros e o Brasil.

Acompanhe no nosso site:



das eleições presidenciais se torna um dos momentos mais importantes da história do Brasil. “Se não egermos um presidente democrático, que preze pelos direitos trabalhistas, pelo Estado forte, pelos serviços públicos, essas e outras várias pautas terão caminho livre para serem aprovadas. De qualquer forma, é essencial lembrar que nossa luta, a luta dos servidores e servidoras de todas as esferas, é determinante para frear este projeto de destruição dos serviços públicos.”

tenção dos instrumentos de cooperação entre o governo federal, estadual ou distrital com entidades privadas para gestão dos equipamentos públicos, como escolas e hospitais.

“Hoje, uma escola, por exemplo, com servidor estável, com concurso público, já tem dificuldades em garantir educação. **Imagine em um modelo com políticos podendo indicar quem vai ser contratado nessas entidades**”, analisa o advogado Marcos Rogério, especialista em direitos dos servidores públicos.